



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0000056-61.2016.8.26.0555 - 2016/000335**
 Classe - Assunto: **Auto de Prisão Em Flagrante - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **OF, CF - 426/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 426/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Réu: **FERNANDO XAVIER DO NASCIMENTO**
 Data da Audiência: **05/07/2016**

Réu Preso

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **FERNANDO XAVIER DO NASCIMENTO**, realizada no dia 05 de julho de 2016, sob a presidência do **DR. CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. JONAS ZOLI SEGURA**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas **GLAUCO EDUARDO ROMÃO e LUIS AUGUSTO OLIVEIRA**, sendo realizado o interrogatório do acusado (Nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, o(s) depoente(s) foi (ram) ouvido(s) sendo gravado em mídia digital o(s) seu(s) depoimento(s) tendo sido anexado(s) na sequência). As partes desistiram da oitiva da vítima **RONEY ANTONIO GENTIL**, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO**: MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra **FERNANDO XAVIER DO NASCIMENTO** pela prática de crime de furto qualificado. Instruído o feito, requeiro a procedência. A materialidade delitiva está devidamente comprovada pelo auto de exibição e apreensão. A qualificadora encontra-se demonstrada pelo laudo de fls. 173, que demonstra a escalada do muro da residência. A autoria é certa, uma vez admitida pelo acusado, sendo que a prova oral corrobora com a sua confissão. O acusado é reincidente, mas confessou a autoria


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

delitiva. Assim, requeiro a condenação do agente nos termos da denúncia. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: O acusado foi denunciado pela prática do crime previsto no artigo 155, 4º, II, do Código Penal. Após conversa reservada com este Defensor Público e devida orientação, o acusado, no exercício de sua autonomia, optou por confessar os fatos narrados na denúncia. Assim, a pena base deve ser fixada no mínimo legal, compensando a atenuante da confissão com a agravante da reincidência. No tocante ao regime inicial, diante da confissão do acusado, da sua situação de vulnerabilidade, morador de rua e dependente químico, da diminuta lesividade ao bem jurídico tutelado, que poderia resultar inclusive no reconhecimento do furto privilegiado caso o acusado fosse primário, é cabível a fixação de regime diverso do fechado. Ademais, independentemente do regime fixado, é cabível a adequação do regime inicial em razão do tempo de prisão preventiva já cumprido pelo acusado, o qual está preso desde o dia 06/02/2016. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. FERNANDO XAVIER DO NASCIMENTO**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 155, 4º, II, do Código Penal. O réu foi citado (fls. 161) e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia. E a defesa pleiteou a concessão de benefícios na aplicação da pena. **É o relatório. DECIDO.** Procede a acusação. A materialidade positivada pela prova documental e oral. A autoria é certa. Ouvido em juízo, o acusado confessou ter praticado o furto, tendo sido a sua versão confirmada pela testemunha ouvida nesta audiência. Confirmando ainda a qualificadora da escalada, em que pese o acusado ter mencionado que o muro tinha pouco mais do que um metro de altura, sua versão foi infirmada pelo laudo pericial que destacou que o muro de acesso à residência era de 2,30 metros de altura. Passo a fixar a pena. Fixo a pena base no mínimo legal. Compenso a agravante da reincidência (fls. 171) com a confissão. Ausentes causas de aumento ou de diminuição da pena que tornem definitiva em 2 anos de reclusão e pagamento de 10 dias-multa. Diante da reincidência seria o caso de fixação do regime semiaberto. No entanto, considerando que o acusado está preso há aproximadamente cinco meses, fixo o regime inicial aberto. Em razão do regime fixado, revogo a prisão preventiva, expedindo-se alvará de soltura. Ante o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **FERNANDO XAVIER DO NASCIMENTO** à pena de 2 anos de reclusão em regime aberto e 10 dias-multa, por infração ao artigo 155, 4º, II, do Código Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: